

## QUESTÃO MILITAR

Série de confrontos entre militares e autoridades civis ocorridos entre 1884 e 1887. Embora tenha preparado o ambiente para a proclamação da República, seus principais líderes, de início, não visavam ao fim da monarquia.

### OS MILITARES NO IMPÉRIO

Até a Guerra do Paraguai (1864-1870), o Exército tinha pouca força política na estrutura de poder do Império. Tal situação foi evidenciada especialmente pela reforma de 1850, quando o ministro da Guerra Felizardo de Sousa e Melo racionalizou as promoções, que passaram a ser feitas mais por merecimento do que em função da origem aristocrática do militar, e estabeleceu como pré-requisito para o oficialato o curso da Real Academia Militar, que fora criado em 1810 por dom João VI. As duas medidas tornaram a carreira militar desinteressante para os jovens da elite. O Exército passou a ser então a carreira preferencial para filhos de militares e pequenos funcionários das províncias, pois era a maneira de eles terem acesso a um curso superior. As faculdades de Direito e Medicina eram caras, e o enxoval necessário para ingressar na Escola Naval era proibitivo para as classes médias e baixas.

A vitória sobre o Paraguai aumentou a autoestima e a politização dos militares, mas não seu prestígio junto ao governo civil. Em 1871, 40 oficiais fundaram o Instituto Militar, para lutar por melhorias no Exército, e ofereceram a presidência ao conde d'Eu, marido da princesa Isabel, herdeira do trono de dom Pedro II. Embora participassem do instituto membros do alto-comando, como Floriano Peixoto, o Conselho de Estado o considerou uma ameaça à disciplina, e o conde d'Eu recusou o convite, pondo fim ao grupo.

Durante a década de 1870 e no início da seguinte, os militares que haviam participado da guerra como oficiais subalternos tiveram poucas promoções e viram seus soldos diminuírem, assim como o orçamento do Exército. Contribuíram para o acirramento dos conflitos o temor de que o Exército fosse substituído pela Guarda Nacional e o

corporativismo crescente dos militares, fruto do ensino na Escola Militar da Praia Vermelha. Os alunos chegavam ao Rio de Janeiro adolescentes, geralmente vindo das províncias, e tinham pouco contato com suas famílias, devido às dificuldades de comunicação, ou com os moradores da cidade, devido ao baixo prestígio da carreira junto à elite. Por outro lado, sua formação cultural era sólida, voltada para as ciências exatas e militares e influenciada pelo positivismo, corrente filosófica francesa do início do século XIX que preconizava organizar a sociedade ideal com base na observação científica. O major e professor da Escola Militar Benjamin Constant era um dos principais difusores dessas idéias, que levaram professores e alunos a apelidar a escola de “Tabernáculo do Saber”. Dizia-se que era fácil entrar, mas só os melhores concluíam o curso.

Segundo Celso Castro, o Exército estava então dividido em três faixas etárias: os militares pré-Guerra do Paraguai, como o marechal Deodoro da Fonseca e o marechal José Antônio Correia da Câmara, visconde de Pelotas; os que eram jovens quando participaram do conflito, como o coronel Raimundo José da Cunha Matos e Benjamin Constant; e os alunos ou ex-alunos que não foram à guerra e se autodenominavam “juventude militar”.

#### O CONFRONTO

Em 1883, o tenente-coronel Antônio de Sena Madureira, oficial prestigiado pela tropa e amigo de dom Pedro II, protestou publicamente contra o projeto do visconde de Paranaguá, que obrigava os militares a contribuir para o montepio. Sena Madureira foi punido sem maior repercussão. No ano seguinte, convidou o abolicionista cearense José Francisco do Nascimento, que se recusara a transportar escravos em sua jangada, para uma visita à Escola de Tiro do Rio de Janeiro, da qual era comandante. Como punição, foi transferido para a Escola Preparatória de Rio Pardo, na província do Rio Grande do Sul. A medida gerou polêmica e provocou a proibição aos militares, por parte do ministro da Guerra Alfredo Chaves, de discutir através da imprensa.

Em agosto de 1885, após investigação no Piauí, o coronel Cunha Matos denunciou o comandante de um quartel local como corrupto. Cunha Matos era do Partido Liberal e

pediu o afastamento do oficial, do Partido Conservador. Em junho de 1886, em revanche, o deputado Simplício Resende acusou Cunha Matos, na Câmara, de ter atacado tropas brasileiras na Guerra do Paraguai. Cunha Matos reagiu com violência pela imprensa, e o ministro da Guerra mandou prendê-lo por dois dias depois de advertir que militares não podiam se manifestar pela imprensa sem autorização prévia. A reação veio em agosto: o marechal José Antônio Correia da Câmara, visconde de Pelotas, então senador pelo Rio Grande do Sul, afirmou em plenário que a ofensa a Cunha Matos se estendia aos demais oficiais do Exército, ampliando a questão. O visconde de Pelotas alegava que os oficiais tinham o direito de defender sua honra quando atacados, e que era evidente que os políticos se julgavam superiores aos militares, embora não se tivessem arriscado pela pátria, numa alusão à Guerra do Paraguai.

Dias mais tarde, o senador Franco de Sá, ex-ministro da Guerra que transferira Sena Madureira para o Rio Grande do Sul, negou o abuso em discurso no Congresso. Em resposta, Sena Madureira publicou uma carta no jornal republicano gaúcho *A Federação*, em que chamava Franco de Sá de “general improvisado”. Em represália, o ajudante-general do Exército Manuel Antônio Fonseca da Costa, o visconde da Gávea, indagou por telegrama ao marechal Deodoro da Fonseca, comandante das Armas e presidente em exercício da província do Rio Grande do Sul, sobre a permissão para a publicação da carta de Sena Madureira. Antes da resposta, o ministro da Guerra repreendeu publicamente Sena Madureira, desagradando a Deodoro da Fonseca. Configurou-se aí a Questão Militar, como confronto entre militares e governo.

A ampliação do confronto para toda a corporação foi alimentada por artigos no jornal *A Federação*, em que o Império era acusado de ofender a honra do Exército. Os alunos da Escola Militar do Rio Grande do Sul fizeram uma homenagem a Sena Madureira, autorizada por Deodoro da Fonseca, e seus colegas da Escola Militar da Praia Vermelha organizaram outra no Rio, indicando o marechal Deodoro como representante da tropa em confronto com o governo, já que ele comandava a unidade mais importante do Exército. O presidente do Conselho de Ministros, barão de Cotegipe, apelou para que se mantivesse a

disciplina, mas o marechal defendeu a correção dos manifestantes.

Embora adversário de Deodoro no Sul, o visconde de Pelotas aliou-se a ele, e Cotegipe revogou a proibição de os militares se manifestarem pela imprensa. Reiterou, porém, o pedido para que as reuniões de oficiais cessassem, sem resultado. Em 9 de outubro, os jovens oficiais da Praia Vermelha publicaram um protesto contra o deputado Cândido de Oliveira e o senador Silveira Martins, que os haviam censurado no Congresso. Novamente, estendiam o ataque a Deodoro a todo o Exército. No dia seguinte, 10 de outubro, reuniram-se na Sociedade Francesa de Ginástica do Rio de Janeiro em solidariedade aos militares do Rio Grande do Sul. A assembleia foi presidida pelo major e professor Benjamin Constant e pelo vice-almirante Artur Silveira da Mota, barão de Jaceguai, monarquista insatisfeito com a dissolução da Esquadra de Evoluções, unidade de elite da qual fora comandante.

Ainda que tivesse sido revogada a proibição de os militares se manifestarem, a Questão Militar não se encerrou, diante da recusa de Deodoro em proibir reuniões de oficiais e alunos gaúchos. Cotegipe o transferiu então para o Rio, e em solidariedade Sena Madureira pediu exoneração do comando que exercia em Rio Pardo. Os dois voltaram no mesmo navio para o Rio de Janeiro, mas antes foram homenageados em Porto Alegre. Agora a reivindicação era que as punições a Sena Madureira e Cunha Matos fossem retiradas de suas fés-de-ofício, fichas profissionais dos militares.

Para evitar novos tumultos, o barão de Cotegipe pediu ao comandante da Escola Militar da Praia Vermelha, Severiano da Fonseca, irmão do marechal Deodoro, que impedisse a ida dos alunos ao desembarque dos dois militares vindos do Sul. Os alunos, no entanto, compareceram fardados, e Severiano pediu demissão. Ao transmitir o cargo, em 1º de fevereiro de 1887, foi homenageado pelos alunos e oficiais, com discursos de Serzedelo Correia e Benjamim Constant. No dia seguinte, houve nova reunião de solidariedade o Teatro Recreio Dramático. A manifestação foi atribuída aos integrantes da “juventude militar”, que decidiram só dar a questão por encerrada quando as acusações fossem retiradas das fés-de-ofício dos oficiais e encarregaram Deodoro de negociar com o governo. O marechal entregou uma carta ao imperador em que criticava a punição a Cunha Matos e a

Sena Madureira e pedia solução urgente para o caso. Uma semana depois, em 12 de fevereiro de 1887, sem receber resposta, Deodoro enviou uma segunda carta a dom Pedro II, acusando seu ministério de traição. O ministro da Guerra propôs reformá-lo, mas o imperador recusou, e Alfredo Chaves demitiu-se.

O novo ministro da Guerra concordou com as reivindicações, desde que Sena Madureira e Cunha Matos solicitassem a retirada das acusações de suas fés-de-ofício. Apesar de Deodoro ter aceitado a proposta, Sena Madureira e Cunha Matos recusaram-se a fazer a solicitação, e oficiais da fortaleza de Santa Cruz comunicaram que queriam uma solução radical para o conflito, que poderia ser até o fim da monarquia. Relutante, Deodoro voltou atrás e comunicou ao imperador que o caso continuava sem solução, especialmente porque 50 alferes-alunos que tinham ido recebê-lo na volta do Rio Grande do Sul haviam sido transferidos da Escola Militar da Praia Vermelha para a Escola de Tiro de Realengo, o que atrasaria sua formatura.

Em abril de 1887, o visconde de Pelotas veio ao Rio para dar apoio a Deodoro, e ambos assinaram um manifesto em favor dos alunos e jovens oficiais que, liderados pelos republicanos Campos Sales e Aristides Lobo, propunham a imediata instalação da República. O visconde de Pelotas optou pela negociação parlamentar, que pôs fim ao impasse. Em 20 de maio, o Senado aprovou uma moção em que instava o governo a limpar a ficha de Sena Madureira e Cunha Matos, e assim a Questão Militar foi encerrada.

Celso Castro lembra que os conflitos entre os governos civis e os militares foram constantes em todos os países no século XIX, mas que no Brasil foi essa a primeira vez em que as tropas se manifestaram como força política, o que desgastou o governo civil. Foi também a primeira participação de Benjamim Constant na política nacional. Em 1889, junto com o marechal Deodoro da Fonseca, ele seria um dos líderes do golpe que pôs fim à monarquia.

*Beatriz Coelho Silva*

FONTES: CARVALHO, J. *Bestializados*; CASTRO, C. *Militares*.